

HABEAS CORPUS Nº 493.431 - SP (2019/0042721-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GLEIDMILSON DA SILVA BERTOLDI E OUTRO
ADVOGADOS : GLEIDMILSON DA SILVA BERTOLDI - SP283043
THAYS TOSTES ASSIS - SP390825
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRYAN DOS SANTOS GOMES SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO E TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DO ÓBICE PROCESSUAL REFERIDO NA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADRYAN DOS SANTOS GOMES SILVA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 2009568-45.2019.8.26.0000 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 16/1/2019, com posterior conversão em custódia preventiva, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pois surpreendido com 8 (oito) porções de *crack*, com peso aproximado de 1,3g (um grama e três decigramas), e com a quantia de R\$ 110,00 (cento e dez reais) em notas diversas; bem como do crime disposto no art. 180, *caput*, do Código Penal, pois teria recebido uma bicicleta, sabendo ser produto de crime, como pagamento pela venda de entorpecentes.

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido de liminar, perante o Tribunal *a quo*, tendo o Desembargador Relator indeferido o pedido urgente (fls. 147-151).

No presente *writ*, os Impetrantes pleiteiam, inicialmente, a superação do

óbice referido no enunciado da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal (fl. 2).

Sustentam, ainda, a falta de fundamentação idônea do decreto prisional e da decisão do Desembargador Relator que indeferiu a medida liminar no *writ* de origem, pois proferidos de forma genérica e lastreados na gravidade abstrata dos delitos.

Afirmam que a folha de antecedentes criminais do Paciente demonstra que jamais respondeu por qualquer processo ou cometeu ato infracional, razão pela qual não subsiste a alegação do Juízo de primeiro grau (fl. 7).

Salientam que, ainda assim, eventuais registros de passagens pela Vara da Infância e Juventude não podem ser considerados para fundamentar a decretação da segregação cautelar (fl. 7).

Destacam que o Paciente é primário, tem bons antecedentes, possui ocupação lícita e residência fixa, sendo certo que as medidas cautelares diversas da prisão se mostram suficientes para o caso concreto (fl. 8).

Requerem, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente ou, subsidiariamente, a concessão das medidas cautelares dispostas no art. 319 do Código de Processo Penal (fl. 19).

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos

excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação do óbice sumular acima referido, um vez que o decreto preventivo consignou o que segue (fl. 122-124; sem grifos no original):

"Analisando o presente feito, em razão da vigência da Lei nº 12.403/11, observo ser de rigor a conversão da prisão em flagrante em preventiva, vez que se encontram presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, preconizados nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do CPP.

Quanto às medidas cautelares diversas da prisão, observo que se mostram, ao menos por ora, insuficientes, visto que, a princípio, os averiguados denotam periculosidade incompatível com a confiança necessária à efetividade daquelas medidas, tendo ainda diversas outras incidências criminais (fls. 41/55). Quanto a isto, ressalto que o indiciado Pedro Luis Nascimento da Silva possui contra si ao menos três condenações anteriores, sendo duas por crimes contra o patrimônio, sendo, ainda, recentemente denunciado pela prática de outro furto, tudo a indicar que, em liberdade, voltará a delinquir.

O mesmo se dá com o indiciado Adryan dos Santos Gomes, que completou a maioria recentemente, mas possui registrado em sua folha de antecedentes três processos relacionados à atos infracionais, sendo um deles, inclusive, por ato análogo ao crime de receptação. Como se não bastasse, a sua periculosidade pode ser aferida pela quantidade e natureza do entorpecente apreendido, o que indica que em liberdade, voltará a delinquir."

Como se percebe, o Magistrado de primeiro grau pautou a sua decisão especialmente na existência de atos infracionais pretéritos praticados pelo Paciente, sendo um deles, inclusive, equiparado ao crime de receptação, a denotar o risco de reiteração delitiva, o que não demonstra desarrazoado ou ilegal.

A propósito:

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS

CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. MOTIVO TORPE. CONTUMÁCIA DELITIVA. TENTATIVA DE INFLUIR NAS INVESTIGAÇÕES.

[...]

4. *Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade.*

[...]

7. *Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.*" (RHC 98.811/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 19/09/2018.)

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Outrossim, destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora